

[A MAIS]
[BREVE]
HISTÓRIA
— da —
DEMOCRACIA

John
Keane



ALTA BOOKS

GRUPO EDITORIAL

Rio de Janeiro, 2023

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------|-----|
| <i>Linha do tempo da democracia</i> | x |
| <i>Introdução</i> | 1 |
| I. Democracia de assembleia | 15 |
| II. Democracia eleitoral | 67 |
| III. Democracia monitória | 139 |
| | |
| <i>Notas</i> | 197 |
| | |
| <i>Créditos das imagens</i> | 205 |
| | |
| <i>Sobre o autor</i> | 207 |
| | |
| <i>Índice</i> | 208 |

PARTE I

**DEMOCRACIA
DE ASSEMBLEIA**

O EVENTO DE ABERTURA DA HISTÓRIA DA DEMOCRACIA contemplou o nascimento de assembleias públicas — reuniões em que os cidadãos livremente debatiam, concordavam, discordavam e decidiam por si mesmos, como iguais, sem interferência de líderes tribais, monarcas ou tiranos. Vamos chamá-lo de a era da democracia de assembleia.

As origens dessa época vêm envoltas em incerteza. Alguns tentaram inventar a história de que as raízes da democracia são rastreáveis até Atenas. A Grécia Antiga, dizem eles, é onde tudo começou.

A ideia de que a democracia foi feita em Atenas remonta ao século XIX, cortesia de figuras como o inglês George Grote (1794–1871), banqueiro, acadêmico, político e cofundador da University College London. De acordo com tal ideia, certa vez, na pequena cidade mediterrânea, foi inventada uma nova forma de governar. Chamando-a de *dēmokratia* — que para eles significava autogoverno, ou governo (*kratos*) pelo povo (*dēmos*) —, os cidadãos de Atenas a celebravam em canções e festas sazonais, em peças teatrais e vitórias de batalha, em assembleias mensais e procissões de orgulhosos cidadãos ostentando guirlandas de flores. Eles eram tão apaixonados por essa democracia, diz a história, que a defenderam com todas suas forças,

especialmente quando lanças e espadas resvalavam suas gargantas. A genialidade e a coragem proporcionaram a Atenas a reputação de ser a fonte da democracia, responsável por dar asas à democracia, permitindo-lhe entregar seus dons à posteridade.

DE LESTE A OESTE

A lenda de Atenas ainda perdura na imaginação popular e é repetida por estudiosos, jornalistas, políticos e especialistas. Mas o ponto é este: a lenda é falsa.

Começemos pela palavra em si. “Democracia” não havia sido usada por um escritor conhecido, mas, em meados do século V a.C., a palavra *dēmos* apareceu nas inscrições atenienses e na prosa literária; talvez tenha sido usada antes, mas poucas inscrições sobrevivem antes desse período, e a prosa escrita entre c. 460 e 430 a.C. foi perdida. Antifonte (c. 480–411 a.C.), um dos pioneiros da oratória pública, menciona em sua obra *On the Choreutes* o costume local de fazer oferendas à deusa *Dēmokratia*. O historiador Heródoto (c. 484–425 a.C.) fala dela. O mesmo acontece com o comandante militar e panfletário político ateniense Xenofonte (c. 430–354 a.C.), que não gosta do modo como a democracia enfraquece os oligarcas e aristocratas. Há também uma passagem importante sobre democracia em *As suplicantes*, uma tragédia de Ésquilo. Apresentada pela primeira vez por volta de 463 a.C. e uma grande favorita do público ateniense, relata uma reunião pública na qual “o ar se eriçou com as mãos, as mãos direitas erguidas, um voto completo, a democracia transformando a decisão em lei”.

Até aqui, tudo é bem simples. Mas há evidências de que a palavra com a letra *d* é muito mais antiga do que os comentaristas da Atenas clássica estabeleceram. Sabemos agora que suas raízes são minimamente rastreáveis até a escrita Linear B dos micênicos, de sete a dez séculos antes. Essa civilização do final da Idade do Bronze concentrou-se na cidade fortificada de Micenas, localizada a sudoeste de Atenas, na atual região de cultivo de laranjas e oliveiras de Argólida. Por mais de trezentos anos, seus militares dominaram grande parte do sul da Grécia, Creta, as ilhas Cíclades e partes do sudoeste da Anatólia, no oeste da Ásia. Não está claro exatamente como e quando os micênicos começaram a usar a palavra de duas sílabas *dāmos* (ou *dāmo*) para se referir a um grupo de pessoas impotentes que antes possuíam terras em comum, ou palavras de três sílabas como *dāmokoi*, referente a um oficial que age em nome dos *dāmos*. Mas é possível que essas palavras, e a família de termos que usamos hoje quando falamos sobre democracia, tenham origens mais ao leste — por exemplo, nas antigas referências sumérias aos *dumu*, os filhos de uma localidade geográfica que compartilham laços familiares e interesses comuns.

Arqueólogos fizeram outra descoberta que contradiz a lenda de Atenas. Os primeiros modelos de democracia baseada em assembleias surgiram nas terras que correspondem geograficamente à Síria, ao Iraque e ao Irã contemporâneos. O costume de autogoverno popular foi posteriormente transportado para o Oriente, em direção ao subcontinente indiano, onde, por volta de 1500 a.C., surgiram as primeiras repúblicas baseadas em assembleias. Como veremos, as assembleias também viajaram para o Ocidente, primeiro para cidades fenícias como Biblos e Sidon, depois para Atenas, onde durante o século V a.C. se dizia com arrogância ser algo exclusivo do Ocidente,

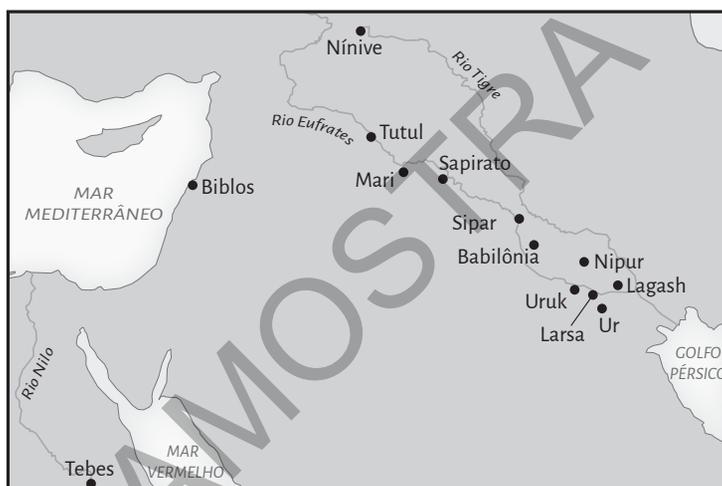
um sinal de sua superioridade sobre a “barbárie” politicamente depravada do Oriente.

As evidências sugerem que esse período começou por volta de 2500 a.C., na área geográfica que hoje é comumente conhecida como Oriente Médio. Ali, assembleias públicas se formavam nas vastas bacias fluviais esculpidas em colinas e montanhas desérticas pelos rios Tigre e Eufrates e seus afluentes, e nas cidades que surgiram pela primeira vez na história humana.

As antigas cidades sírio-mesopotâmicas de Larsa, Mari, Nabada, Nipur, Tutul, Ur, Babilônia e Uruk hoje lembram mais montes de terra cinza-acastanhada varridos pelo vento. Mas, por volta de 3200 a.C., elas eram centros de cultura e comércio. Seus templos imponentes, os famosos zigurates — muitas vezes construídos em maciços terraços de pedra ou gigantescas montanhas artificiais de tijolos secos ao sol —, faziam os viajantes suspirarem de prazer. Tipicamente situados no centro de uma zona irrigada, onde a terra era valiosa, esses lugares colheram a recompensa de drásticos aumentos locais na produção agrícola. Eles promoveram o crescimento de habilidades artesanais e administrativas especializadas, incluindo os copistas, que utilizavam estiletes de ponta retangular para produzir a escrita cuneiforme, e serviram como canais de comércio de longa distância de matérias-primas como cobre e prata.

As cidades variavam de quarenta até cerca de quatrocentos hectares; eram lotadas de uma maneira que nossa terra nunca antes conheceu. Sua dinâmica moldou todas as características da Síria-Mesopotâmia, incluindo seus padrões de governo. Acredita-se que os reis dominaram essa região durante esses séculos. Mas conflitos e tensões permanentes — sobre quem recebe quanto, quando e onde — moldaram a instituição da realeza em questões como propriedade

da terra e comércio. Na verdade, os reis da época não eram monarcas absolutos — apesar do que historiadores posteriores com preconceitos ocidentais afirmaram. Evidências arqueológicas confirmam que, pelo menos 2 mil anos antes do experimento ateniense com a democracia, o poder e a autoridade dos reis eram restringidos pela pressão popular vinda de baixo, por meio de redes de instituições chamadas “assembleias”. No vernáculo, eram conhecidas como *ukkin* em sumério e *pūhrum* em acadiano.



Estabelecidas em áreas de solo fértil e água abundante, as principais cidades antigas da Síria-Mesopotâmia foram berços do autogoverno por assembleias entre 3200 e 1000 a.C.

Devemos essa percepção — de que as assembleias funcionavam como um contrapeso ao poder real — ao estudioso dinamarquês Thorkild Jacobsen (1904–1993). Ele identificou o que chamou de “democracia primitiva” florescente em toda a Síria-Mesopotâmia, especialmente no início do segundo milênio na Babilônia e Assíria. Ele gostava de dizer que, para seus povos, a região se assemelhava

a uma comunidade política de propriedade e governada por deuses, que se acreditava se reunirem em assembleias — com o auxílio de seres humanos, que formavam assembleias por imitação.

Havia alguma substância na ideia de Jacobsen de “democracia primitiva”? Existem dúvidas. A teleologia escondida na palavra “primitivo” — a inferência de que este foi o primeiro de seu tipo, um protótipo do que viria a seguir — suscita questões complicadas sobre as conexões históricas entre as assembleias dos mundos grego e mesopotâmico. Também supõe que, apesar das muitas diferenças no caráter e na prática da democracia ao longo do tempo e do espaço, há uma cadeia evolutiva ininterrupta que vincula a democracia baseada em assembleias e a democracia eleitoral moderna, como se os povos muito diferentes de Lagash, Mari e Babilônia fossem irmãos e irmãs de James Madison, Winston Churchill, Jawaharlal Nehru, Margaret Thatcher e Jacinda Ardern. Também há o risco de estender demais a palavra “democracia”. Se termos como “democracia primitiva” (ou “protodemocracia”, cunhado na mesma época pelo antropólogo polaco-americano Bronisław Malinowski) são usados com muita liberdade, caímos na armadilha de caracterizar muitas sociedades como “democráticas” apenas porque carecem de instituições centralizadas e monopólios de poder acumulados, ou porque proíbem a opressão violenta. As coisas não são ajudadas pelo uso anacrônico da palavra com origens na escrita Linear B, “democracia”. E depois há a objeção menos óbvia, porém mais consequente: ao chamar as assembleias da Síria-Mesopotâmia de “primitivas”, corre-se o risco de ignorar sua *originalidade*.

Mas o trabalho de Jacobsen continua importante porque nos lembra de que as antigas assembleias da Síria-Mesopotâmia são os fósseis presentes nas ruínas de Atenas e de outras democracias gregas, e

as assembleias do mundo fenício posterior. Essas assembleias muito mais antigas da Síria-Mesopotâmia nos ensinam a repensar as origens da democracia. Elas nos convidam a ver que a democracia do tipo grego tinha raízes orientais e que as democracias de hoje estão em dívida com os primeiros experimentos de autogoverno de povos que foram, durante grande parte da história, descartados como incapazes de viver em democracia em qualquer sentido. *Ex oriente lux*: a lâmpada da democracia baseada na assembleia foi acesa pela primeira vez no Oriente, não no Ocidente.



Thorkild Jacobsen no Iraque fazendo anotações durante a limpeza de um grande quarteirão residencial nas ruínas da cidade suméria de Tell Asmar, 1931–1932.

IMITANDO OS DEUSES

Como eram essas assembleias? Como funcionavam? Aqui nos deparamos com algo fascinante e intrigante. Essas primeiras assembleias de cidadãos foram inspiradas em mitos que davam sentido e energia ao cotidiano das pessoas.

Para o povo da Síria-Mesopotâmia — como para os gregos 2 mil anos depois —, o cosmos era um universo cheio de conflitos manipulado por forças poderosas com personalidades individuais. Essas divindades emergiram do caos fluído do tempo primevo e deviam ser temidas porque controlavam tudo: montanhas, vales, pedras, estrelas, plantas, animais e seres humanos. Sua inconstância garantiu que a terra fosse periodicamente sacudida por tempestades, que causavam chuvas torrenciais e paralisavam as viagens transformando o solo em lama. Os rios locais se elevavam imprevisivelmente ao seu comando, quebrando barreiras e inundando plantações. Ventos abrasadores sufocaram as cidades em poeira asfixiante a mando das divindades.

O mundo inteiro estava em movimento, mas dizia-se que as divindades haviam conquistado uma importante vitória sobre os poderes do caos e haviam trabalhado arduamente para trazer energia e movimento ao mundo, para criar ordem por meio da integração dinâmica. O equilíbrio resultante foi a consequência de negociações que ocorreram em uma assembleia — um conselho divino que emitiu mandamentos para decidir os grandes eventos vindouros, também conhecidos como destino.

Contava-se que havia cerca de cinquenta deuses e deusas, mas os principais integravam um círculo restrito de sete. A figura mais influente era Anu, o deus do céu, um cavaleiro das tempestades que convocava a “assembleia ordenada dos grandes deuses”. Acreditava-se que esses deuses tinham a capacidade de conceder alguns de seus poderes aos seres humanos. Seu favor poderia ser comprado. Na Síria-Mesopotâmia, ter contato com um deus elevava seu status. Cartas eram escritas para os deuses e festivais de procissões de lamento que os convocavam para agir despertavam

o interesse popular. Em cada lar havia um santuário para o deus escolhido da casa, que era adorado e presenteado com oferendas diárias. A prática de imitar os métodos de autogoverno dos deuses deveria ter o mesmo efeito: ao emular sua capacidade de oratória e tomada de decisão coletiva, normalmente por meio de negociação e compromisso baseado em discussão pública, as artes terrenas de autogoverno poderiam florescer. Assim, na Síria-Mesopotâmia, o costume de se reunir para decidir as coisas tinha raízes pagãs e politeístas. Quando cidadãos de várias ocupações e posições se reuniam para considerar um ou outro assunto, eles pensavam em si mesmos como participantes do mundo das divindades, como suplicantes de sua benevolência.



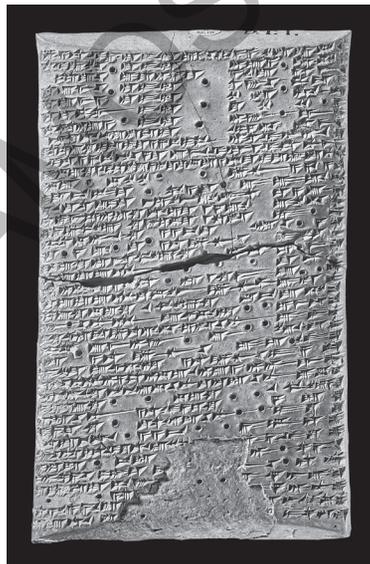
Anu, também chamado An em sumério, era considerado a personificação divina do céu, o ancestral de todas as antigas divindades e demônios da Mesopotâmia, a fonte suprema de autoridade para os outros deuses e todos os governantes terrenos. Em pelo menos um texto, ele é descrito como a figura “que contém todo o universo”.

O profundo preconceito cristão e moderno contra esse tipo de pensamento mítico garantiu mais tarde que as antigas assembleias

da Síria-Mesopotâmia não fossem reconhecidas nas histórias da democracia. Algo mais desempenhou um papel nessa ignorância: a economia política da alfabetização. A escrita foi usada pela primeira vez para facilitar a contabilidade — cada vez mais complicada —, que se tornou vital para as cidades em expansão e as economias dos templos. A evidência sobrevivente sugere que, enquanto a escrita permitiu o nascimento de uma literatura significativa na Síria-Mesopotâmia, a alfabetização era limitada às elites. A manutenção de registros visava principalmente rastrear os negócios e o comércio e a administração de instituições públicas, como templos e palácios e, assim, era restrita às instituições governamentais e aos ricos. Isso teve o efeito de tornar as assembleias praticamente invisíveis para observadores posteriores. Paradoxalmente, o efeito foi intensificado pela força dessas assembleias: exatamente porque burocracias centralizadas, como o palácio, monopolizaram os registros econômicos e administrativos, a política descentralizada que ocorria nas assembleias não foi registrada — ou assim sugerem as evidências.

Acredita-se que as antigas palavras sumérias e acadianas para assembleia, *ukkin* e *pūhrum*, se refiram, como em português, tanto a uma reunião informal de pessoas quanto a um corpo governante. Algumas delas eram rurais. Durante o segundo milênio, por exemplo, pastores do noroeste da Mesopotâmia que moravam em tendas se reuniam regularmente para discutir assuntos de interesse comum. Reuniões na cidade para ouvir disputas e emitir julgamentos legais eram comuns. O mandato das assembleias incluía o poder de pisar nos calos dos monarcas — como observado em um texto político chamado *Conselho a um príncipe*, uma tabuleta de argila recuperada da biblioteca mais antiga do mundo, em Nínive, no atual norte do Iraque. Escrito na Babilônia no final do segundo milênio

a.C., advertia os monarcas de que os deuses e deusas não olhariam com bons olhos para sua intromissão nas liberdades da cidade e da vida no campo. Se um príncipe ganancioso “pegar prata dos cidadãos da Babilônia e colocá-la em seus próprios cofres” ou “ouvir uma ação judicial envolvendo homens da Babilônia, mas a tratar com frivolidade”, Marduque, senhor do céu e da terra, “porá seus inimigos sobre ele [e] dará suas propriedades e riquezas ao seu inimigo”. Penas semelhantes foram listadas para delitos como: a falta de atenção aos conselhos, a condenação imprópria ou a prisão injusta de cidadãos e tentativas de forçá-los a trabalhar nos campos ou templos. O texto lembrava aos príncipes, presentes e futuros, que as assembleias da Babilônia, Nipur e Sipar haviam estabelecido — com ajuda divina — imunidade contra governos despóticos ou arbitrários: “Anu, Enlil



Conselho a um príncipe foi copiado do texto original por volta de 700–650 a.C. e armazenado na Biblioteca de Assurbanipal, uma coleção de aproximadamente 30 mil textos de pedra descobertos na década de 1840 na antiga cidade assíria de Nínive.

e Ea, os grandes deuses que habitam o céu e a terra, em sua assembleia, afirmaram a liberdade daquelas pessoas de tais obrigações.”¹

Os cétricos podem, compreensivelmente, perguntar: para os poderosos, as assembleias não eram ferramentas políticas poderosas e úteis — um ouvido no chão para os príncipes, de outra forma ensurdecidos pela distância de seus súditos? E as assembleias também não funcionaram como canais para mobilizar apoio em favor de políticas principescas — dando a elas mais do que uma chance de serem adotadas?

As assembleias eram, de fato, canais vitais de comunicação entre governantes e governados em pequenas comunidades, onde os governantes achavam praticamente impossível evitar se misturar com aqueles sobre quem exerciam o poder. Mas, como as democracias gregas que se seguiram mais de um milênio depois, as antigas assembleias da Síria-Mesopotâmia eram locais em que o aprendizado público, bem como a suspeita do poder e a arte do que mais tarde seria chamado de política (fazer julgamentos em público sobre quem recebe quanto, quando e como), era cultivado. No campo e na cidade, essas assembleias moldaram a vida das pessoas. Desempenharam um papel em assuntos que iam desde disputas por água e terra até questões de tributação e segurança pública. Com o tempo, assembleias populares foram sediadas dentro dos templos maiores das cidades. Esses templos, especialmente durante o primeiro milênio a.C., serviram não apenas como locais de culto, mas também como espaços de deliberação e proteção contra os exercícios arbitrários do poder governamental. Isso também era verdade para as assembleias locais dentro de uma cidade: cada bairro tinha sua assembleia de moradores, que também funcionava como um tribunal que ouvia e resolvia disputas entre vizinhos.

A qualidade policêntrica das antigas assembleias da Síria-Mesopotâmia garantiu que estas não fossem apenas órgãos de monarcas locais, dos templos ou de governantes imperiais ricos e poderosos. Elas eram uma força política formidável por si mesmas. Mas até que ponto elas eram inclusivas? Sabemos que a participação de algumas assembleias era genuinamente grande. Elas não eram seculares — a distinção entre o sagrado e o profano não era significativa para os povos da região, como não era para os gregos. Os anciãos de uma cidade normalmente desempenhavam um papel de orientação. Embora as evidências sejam escassas, parece duvidoso que as mulheres tenham sido regularmente incluídas. Escravizados e crianças normalmente não tinham voz. Mas há um registro de um escravidão doméstico participando de uma assembleia na cidade mercantil de Kanesh. Do período da Antiga Babilônia (1700 a.C.) há também um registro de uma assembleia com a presença de todos os moradores — homens e mulheres de todas as origens e ocupações — de um posto avançado no Eufrates chamado Haradum, cujo prefeito, Habasanu, foi acusado de desvio de dinheiro dos contribuintes.² Em outros lugares, oleiros, jardineiros, caçadores de pássaros e soldados a serviço do templo local estavam entre os “plebeus” que se sentavam regularmente em assembleias. Havia reuniões convocadas por ofícios ou profissões específicas, como os comerciantes. Existem até mesmo algumas evidências interessantes, exatamente na mesma época em que a democracia ateniense estava florescendo, sugerindo a existência de associações autogovernadas de estrangeiros, como as assembleias de egípcios e outros imigrantes na Babilônia do século V. Tais assembleias nunca aconteceram em Atenas.

BIBLOS E UM ROLO DE PAPIRO

Essas primeiras assembleias se mostraram geograficamente contagiosas. Elas se espalharam pelo Oriente, no que é hoje o subcontinente indiano, onde em algum momento depois de 1500 a.C., no início do período védico — mil anos antes da democracia ateniense — as repúblicas governadas por assembleias tornaram-se comuns.³ Graças ao comércio fluvial e às rotas de caravanas que se infiltraram nas cidades sírio-mesopotâmicas como Mari, Tutul e Nabada, o costume de deliberações em assembleia migrou para o Ocidente, em direção às costas mediterrâneas que passaram a ser controladas pelos povos do mar fenício, bem como em direção de nossos primos gregos, que descaradamente reivindicaram para si a honra de inventar as assembleias dando-lhes um novo nome: democracia.

Um raro rolo de papiro descoberto no final do século XIX, milagrosamente preservado nas areias do deserto do Egito, revela o importante papel que os fenícios desempenharam em manter as assembleias vivas. Ele documenta os infortúnios de um diplomata chamado Wen-Amon, da cidade de Tebas. Ele viajou por mar por volta de 1100 a.C. até o próspero porto fenício de Biblos, 700km a leste de Atenas. Lá, seu enviado deveria comprar de comerciantes locais madeira de boa qualidade extraída das florestas de cedros das montanhas próximas. A transação era simples: com a permissão do príncipe local, o cedro seria carregado em um navio por escravizados, transportado para o extremo leste do mar Mediterrâneo, descarregado em Tebas e transformado pelos melhores artesãos locais em uma barcaça fluvial, para ser utilizada na frota sagrada do governante egípcio Ramsés XI (c. 1100–1070 a.C.), em homenagem a Amon, o deus da fertilidade e patrono dos faraós.